

BRASÍLIA-DF – 13/11/2017

Centrais sindicais unidas ocupam centro de São Paulo contra a reforma trabalhista



No Dia Nacional de Luta, nesta última sexta-feira (10), mais de 10 mil trabalhadores e trabalhadoras protestaram contra a "reforma" trabalhista que entra em vigor neste sábado, na Praça da Sé, centro de São Paulo. O ato contou com a presença de militantes de todas as centrais.

"A classe trabalhadora ergue sua voz e seu punho nessa manhã, na Capital de São Paulo e de todo o país, para mostrar que não aceita a "reforma" trabalhista", declarou o presidente José Calixto Ramos que esteve presente no evento.

"Estão tentando escravizar o trabalhador e a trabalhadora brasileira. A "reforma" trabalhista é um desmonte de direitos que já presenciamos na história do país", afirmou Luiz Gonçalves, presidente da Nova Central – SP. "O que o Governo Temer quer é nos transformar em um país de bóias-frias", complementou.

"As centrais sindicais permanecem fortes e unidas para continuarem defendendo os interesses da classe trabalhadora, e essa é a receita para a vitória", declaram dirigentes sindicais da Nova Central.

(NCST/SP com adaptação Imprensa NCST)

Trabalhadores de todo país unem à CONTRATUH e Nova Central e vão às ruas



Em uma das maiores manifestações do ano, centrais sindicais reuniram mais de 15 mil pessoas em São Paulo para repudiar a entrada em vigor, neste último sábado (11), das alterações nas regras de contratação de trabalho.

Como resposta à Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), que entrou em vigor neste último sábado (11), as centrais sindicais convocaram seus filiados para o "Dia Nacional de Mobilização em Defesa dos Direitos", realizado na última sexta-feira (10) em todo o país. A ideia foi chamar a atenção da população sobre as mudanças nas leis trabalhistas trazidas pela reforma em uma série de protestos até o fim do ano. Em São Paulo, a manifestação reuniu cerca de 15 mil pessoas na Praça da Sé, região central da cidade.

"Queremos mostrar para a população como as reformas propostas pelo governo "Temer" são absurdas e usam o mentiroso argumento de geração de empregos para retirar a proteção da classe trabalhadora", explicou Moacyr Roberto Auersvald, secretário-geral da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), e presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH). Ele também criticou a portaria do Ministério do Trabalho que revê a divulgação da Lista do Trabalho Escravo no Brasil. "Revogaram a Lei Áurea, autorizando uma portaria que protege o empresário que comete esse tipo de ato criminoso com seus trabalhadores. Coincidência ou não, a decisão agradou a Bancada Ruralista do Congresso às vésperas da votação de pedido de investigação do presidente Temer. "Parece um jogo de cartas marcadas às custas da vida da classe trabalhadora", alertou Moacyr.

"Essa é só a primeira de muitas manifestações que faremos em todo o Brasil para dar nosso recado ao Congresso: não aceitamos essa "Deforma Trabalhista". Além disso, estamos indo nas fábricas, conversando com a base e conscientizando toda a classe trabalhadora, para que se façam valer os acordos coletivos e para que os direitos trabalhistas, conquistados com anos de luta, não sejam reduzidos com uma canetada", explicou José Calixto Ramos, presidente da Nova Central.

Para dirigentes sindicais que organizaram as marchas de sexta-feira (10/11), a nova lei do trabalho, que modificou mais de cem artigos da CLT, retira a proteção da classe trabalhadora e abre caminho para a terceirização de todos os setores, dando instabilidade. "Temos que fazer uma resistência. Se conseguirmos esse enfrentamento na primeira empresa, as demais vão repensar a adoção das novas regras da "reforma" trabalhista. Mas se aceitarmos a "reforma" sem nenhum questionamento, ela será colocada da forma como foi aprovada", alertou Artur Bueno, coordenador do Fórum Sindical de Trabalhadores (FST).

Além das manifestações, as entidades, representadas pelo FST, entregaram um documento na última quarta-feira (08) ao senador Eunício Oliveira, presidente do Senado, como forma de repúdio à "reforma" e às declarações do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra, alegando que a redução de direitos irá gerar mais empregos no País.

(Imprensa CONTRATUH)

Sindicato dos Motoristas realizou 7º Congresso dos Condutores em Santos



Presidente da Nova Central, José Calixto Ramos, prestigia o evento.

Nesta quarta-feira (08/11), o presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores –NCST, José Calixto Ramos, esteve no 7º Congresso do Sindicato dos Condutores de São Paulo prestigando este momento histórico da categoria.

Ao discursar Calixto declarou nunca ter vivenciado, durante toda a sua vida, uma crise econômica e política tão nefasta. “Sinto-me muito feliz por que apesar das crises que estamos passando, ainda existem sindicatos combatentes que mantêm as trincheiras da luta da classe trabalhadora”, explicou Calixto.

Parabenizou também o sindicato, pela defesa que faz junto aos trabalhadores do transporte público de São Paulo, além de fazer duras críticas quanto a “reforma” trabalhista (lei 13.467/2017) que entrará em vigor nesta próxima segunda-feira (13/11). “Não podemos perder a oportunidade de expressar nossa insatisfação com essa lei nefasta. Por isso convoco todos os presentes para participarem da grande marcha da classe trabalhadora no dia 10/11 (sexta-feira), na Praça da Sé”, finalizou.

Abrindo os trabalhos do segundo dia (09/11) do Congresso dos Condutores/SP, o jornalista do DIAP (Departamento Intersindical e Assessoria Parlamentar), André Santos, explanou sobre a Análise de Conjuntura. “Há um desmonte em curso que serve de parâmetro para o setor social. A população brasileira tende a ficar sem qualquer amparo e isso é uma tragédia social. Temos o agravante de um Congresso Nacional fisiológico, que pratica o toma lá da cá, privilegiando políticas para poucos em detrimento das políticas para todos”.

O representante do DIAP disse que o momento de forte pressão do setor empresarial resultou na retirada de direitos e fragilização das relações do trabalho. Ressaltou ainda que será preciso muita luta no campo sindical, jurídico e constitucional para recuperar parte dessas perdas trabalhistas. “O caminho é fortalecer a organização sindical para fazer a resistência e buscar mecanismos para fragilizar as ações desse Governo”.

IMPACTOS DA LEI 13.467

No segundo painel, o diretor-técnico do DIEESE, Clemente Lucio, falou da Lei que dispõe sobre os pontos da reforma trabalhista no

setor de transporte. Iniciou a palestra afirmando que a possibilidade de reverter os danos da reforma em curto prazo é mínima. “Temos que ter a capacidade de agregar forças para o enfrentamento, uma vez que a reforma estabelece a flexibilização do contrato de trabalho. É essencial o entendimento de unidade de classe”. Clemente pontuou as mudanças mais impactantes da Lei 13.467 e orientou que o primeiro passo é fortalecer o sindicato como instrumento de intimidação patronal. “NÃO NEGOCIE NADA COM O PATRÃO SEM A PRESENÇA DO SINDICATO”.

O diretor do DIEESE parabenizou os condutores de São Paulo. “Em tantos anos de trabalho no movimento sindical nunca vi um sindicato realizar um congresso da categoria com esse número de trabalhadores participantes. Isso é um exemplo de unidade a seguir por outras categorias profissionais.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O tema ficou a cargo do representante do Sindicato Nacional dos Aposentados da UGT, Natal Léo. “A Reforma da Previdência do Governo Temer é ampla, profunda e atinge os pilares da proteção social. As justificativas não se sustentam, vários relatórios técnicos mostram que a Previdência não é deficitária, em outras palavras, querem descobrir um santo pra cobrir o outro”. O dirigente destacou que o cálculo de tempo de contribuição e idade, que consta do novo texto, praticamente inviabiliza usufruir a aposentadoria e, também, a pensão será afetada, o pensionista com dependentes terá direito apenas a 60% do salário.

O Secretário de Finanças, Edivaldo Santiago, lembrou que teve a honra de ser presidente do Sindicato por três mandatos, mas era uma outra conjuntura. “Tenho que reconhecer que o momento atual é o mais crítico da história nacional. Felizmente, temos um grande líder, Noventa, para fazer as lutas e com toda capacidade e coragem para realizar um Congresso desse porte e com um quadro de palestrantes tão qualificados”.

ANÁLISE JURÍDICA DA LEI 13.467 FOI TEMA DO 3º PAINEL

Dr. Jucelino Medeiros, advogado do Sindicato dos Condutores/SP, conduziu os trabalhos da tarde desta quinta-feira, sobre a Análise Jurídica da Lei que dispõe a reforma trabalhista.

Agradeceu o presidente Noventa, Edivaldo Santiago, Chiquinho, Moleque, todos os diretores e colaboradores para realização deste grande Congresso. “Aos congressistas, quero que considerem a título de constatação que a Lei 13.467 altera mais de 100 artigos da CLT, entre outros, o negociado sobre o legislado; a jornada de 12 horas; a gestante nos locais de trabalho insalubres; banco de horas. Também, os acordos não poderão ter vigência maior que dois anos e quem perder ações trabalhistas arcará com às custas dos processos. É importante compreender que esse o cenário que se apresentará para a classe trabalhadora a partir do próximo dia 11 de novembro”, destacou o Dr. Jucelino.

Antônio Pavani Jr, representando na oportunidade do evento a SPURBANUSS (sindicato patronal) destacou que a Lei é um avanço em vários pontos. Citou a regularização do trabalho autônomo que

permite que este profissional tenha direitos semelhantes ao de um empregado efetivo. “A terceirização da atividade-fim aplicada na categoria permite que até o motorista de ônibus seja terceirizado; a jornada intermitente possibilita, por exemplo, que um funcionário trabalhe na Empresa A no período da manhã e na Empresa B, no período da tarde e vice-versa; o banco de horas; intervalo refeição de 30 minutos; dupla pegada; o regime parcial (genérico); e as férias parceladas em 03 vezes, sendo que uma delas não pode ser inferior a 14 dias. Do ponto de vista patronal, a Lei dá margem para a atualização das relações do trabalho. Os novos contratos de trabalho já estão sofrendo adequação e nos contratos antigos é possível encontrar um equilíbrio de forma sustentável, através do diálogo entre as empresas e o Sindicato”, finalizou o Pavani.

Logo em seguida, o Dr. Rosela, renomado advogado trabalhista, disse que a Lei 13.467 permite possibilidades que merecem reflexões. “É viável que o trabalhador em transporte, na jornada intermitente, fique à disposição da empresa, sem saber ao certo qual será o seu salário no final do mês? A violência desta Lei é enorme. Ela afasta o sindicato de ter condições de assistir seus representados. Mas não se deixe levar pela pressão. O Sindicato vai estar do seu lado. Essa união fará a diferença, sobretudo, na negociação salarial. Por isso, insisto que sempre que houver problemas, não vacilem, procure sua entidade de representação, pois está capacitada para enfrentar essa lei perversa, que penaliza apenas um lado das relações empregado/empregador: os trabalhadores. O companheiro Netinho, diretor na Viação Ambiental e atualmente Secretário dos Transportes de Suzano, disse que a unidade dos trabalhadores já está fazendo a diferença, prova é a realização deste grandioso Congresso. “Conquistaremos novas vitórias e importantes conquistas”. Edivaldo Santiago considerou o acordo coletivo dos condutores o melhor do Brasil. “Essa conquista não foi bondade de patrão, foi fruto da luta da categoria”.

O presidente Noventa falou que o Congresso é um espaço democrático, é que a presença do patronal é importante para saber o que o outro lado pensa da Lei. É de grande valia ouvir posições divergentes e debater. “Como faremos o enfrentamento daqui pra frente? Adianto que o nosso Congresso é uma preparação dos trabalhadores em transportes para os próximos desafios. Posso assegurar que estamos prontos pra guerra seja contra o setor empresarial ou com o Poder Público”.

Noventa rebateu duramente qualquer possibilidade da volta do genérico e lembrou que logo no início do seu mandato o patrão resistiu a ideia, mas o Sindicato com pulso firme decretou o fim do genérico no sistema. “A vontade do trabalhador é soberana, tem que prevalecer. É assim que será enquanto eu for presidente do Sindicato”.

Um fato chegou ao conhecimento do Noventa e logo foi devidamente esclarecido. “CHEGOU A MIM A CHORADEIRA DAS EMPRESAS QUE, EM RAZÃO DO CONGRESSO DA CATEGORIA ACONTECER NO MEIO DA SEMANA, OS TRABALHADORES AFASTADOS TERIAM QUE REPOR ESSES DIAS. FALO EM ALTO E BOM SOM QUE SE NÃO HOUVER DIRETOR QUE RESOLVA O PROBLEMA COM O PATRÃO, PROCURE ESTE PRESIDENTE QUE VAI RESOLVER. REITERO QUE NÃO HAVERÁ DESCONTO E NEM REPOSIÇÃO DESSES

DIAS”. Ao final, Noventa ressaltou que é com organização, com garra e unidade na luta que vamos garantir os nossos direitos.

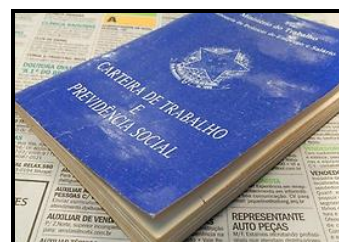
A deputada estadual e amiga da categoria, Leci Brandão, veio saudar todos os congressistas. “Infelizmente, o Brasil tá andando pra trás, com esse Governo dizimando os direitos do povo. Entendo que os trabalhadores em transportes, por uma questão de justiça, deveriam ter uma aposentadoria diferenciada. Não é fácil aguentar todo dia desacato de passageiros, estresse e violência no trânsito. Isto não é levado em conta em uma profissão essencial para a economia e responsável pela mobilidade de milhões de passageiros”. Como sempre acontece nos eventos dos condutores, atendendo a pedidos do público, Leci se despediu cantando um dos seus sambas.

Em sua fala de encerramento das atividades da manhã deste dia (09/11), o presidente Noventa lembrou os companheiros que o Sindicato e a categoria fizeram várias lutas este ano, ajudaram decisivamente a parar o Brasil contra os ataques aos direitos da classe trabalhadora. “Apesar do movimento de resistência, mesmo assim o Congresso aprovou a reforma trabalhista. Agora, vejo aqui muitos companheiros(as) depositando todas as esperanças na eleição do Lula. Sozinho, ele não será o salvador da pátria do Brasil. Temos que olhar para o Congresso Nacional. Estamos pagando caro porque não há representantes do povo, da classe trabalhadora. Em 2018, temos que ter a atenção na escolha dos nossos representantes para o Parlamento, banir quem não nos representa. E, se tudo der certo, e elegermos um Congresso de qualidade, para reverter o estrago dessa reforma trabalhista e da terceirização, no mínimo, na melhor das hipóteses, levará ao menos dois anos para sentir os primeiros efeitos positivos”.

Noventa observou que, por ora, todos os nossos direitos estão garantidos na Convenção Coletiva da categoria até o dia 30/04/2018. “Porém, não se engane, o patronal vai vir na próxima negociação com um pacote de maldades e respaldado pela lei. Vamos encarar uma guerra, mas precisamos estar de mãos dadas, unidos e fortalecidos para impedir que as intenções patronais prevaleçam. Fiquem atentos e mobilizados nas bases. O chicote vai estalar a partir de janeiro quando começa nossa Campanha Salarial Emergencial. NÃO SE ESQUEÇAM: JUNTOS SOMOS MAIS FORTES e VAMOS MAIS LONGE!

(Sindmotoristas com adaptação Imprensa NCST)

Deputados divergem sobre efeitos da reforma trabalhista, que entra em vigor neste sábado



Pelas novas regras, a negociação entre empresas e trabalhadores prevalecerá sobre a lei em pontos como parcelamento das férias,

flexibilização da jornada, participação nos lucros e resultados, intervalo de almoço, banco de horas e remuneração por produtividade.

Entra em vigor neste sábado (11) a reforma trabalhista aprovada neste ano pelo Congresso Nacional (Lei 13.467/17), com mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - 5.452/43). A nova legislação amplia a negociação entre patrões e empregados em torno de alguns direitos e cria novas modalidades de contratação, como o trabalho intermitente; um tipo de trabalho que não tem jornada fixa, sendo pago por período trabalhado. Pelas novas regras, a negociação entre empresas e trabalhadores prevalecerá sobre a lei em pontos como parcelamento das férias, flexibilização da jornada, participação nos lucros e resultados, intervalo de almoço, plano de cargos e salários, banco de horas, remuneração por produtividade e trabalho remoto.

Também a rescisão poderá ser negociada com pagamento de metade do aviso prévio e metade da multa de 40% sobre o saldo do FGTS. Neste caso, o trabalhador poderá movimentar até 80% do valor depositado no FGTS, mas não terá direito ao seguro-desemprego.

O deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que foi relator do projeto de lei na Câmara, explica que a população em idade de trabalhar é de 140 milhões no Brasil, mas um contingente bem menor tem carteira assinada. "São 90 milhões de brasileiros que, ou são desempregados, ou são subempregados, ou são autônomos, ou são microempresários, ou são trabalhadores intermitentes; enfim, um número muito maior do que aqueles formalizados está à margem da legislação, que era restritiva", argumentou.

Ele acredita que a flexibilização da lei vai permitir a entrada dos que estão à margem da legislação. "Vai dar segurança, por exemplo, a Previdência Social pressupõe tanto a questão da aposentadoria quanto do seguro eventual de um acidente de trabalho", afirmou. Mas o presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), não acredita em aumento do emprego formal com a nova lei e prevê muitas ações na Justiça. "Eu tenho certeza que essas mudanças na CLT vão piorar muito as condições do trabalho. Não é lei que gera emprego. Há 5 anos, o Brasil vivia o que tecnicamente os economistas chamam de pleno emprego, quando o desemprego está abaixo da taxa de 5%. E foi com a lei anterior, tal qual ela existia. Portanto, é falsa a ideia de que mudar a CLT é imperioso para a geração de empregos, para melhorar a qualidade do emprego. O que se viu foram medidas para atender aos interesses dos empresários", lamentou.

Outras mudanças

Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser divididas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a quatorze dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um. Também é vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado. A reforma trabalhista também regulamentou o trabalho em casa, sem controle de jornada e com remuneração por tarefa. O trabalho parcial passou de 25 para 30

horas semanais. E a jornada de 12 horas em um único dia, seguida de descanso de 36 horas, poderá ser acordada entre as partes. A contribuição sindical não será mais obrigatória e a multa por deixar de registrar um trabalhador será de R\$ 3 mil, caindo para R\$ 800 no caso de micro e pequenas empresas.

(Agência Câmara)

Nova Lei Trabalhista em vigor; Paim prevê 'milhares de emendas' à MP que deve alterá-la em alguns pontos

Na sexta-feira (10), contra a nova lei, o movimento sindical foi às ruas nas principais cidades de todo o Brasil denunciá-la no "**Dia Nacional de Luta em Defesa dos Direitos**". Apresentada como inovadora e também como a solução para o desemprego recorde, a "reforma", na visão de quem a concebeu, o mercado, na verdade é um novo código do trabalho, a partir dos interesses, sem mediações do Estado, do capital. Assim entende o DIAP.

MP abre novo debate

Em entrevista na última sexta-feira à Rádio Senado, o senador Paulo Paim (PT-RS) falou da expectativa em relação à medida provisória (MP) que deve ser editada pelo governo para alterar partes da lei. O **acordo fechado** entre o governo e senadores que votaram a favor das mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê modificações em dispositivos como o que libera o trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres e a regulamentação da jornada intermitente.

Paim acredita que a MP não vai alterar o que chamou de "essência" da chamada Reforma Trabalhista, que, entre outras novidades, regulamenta o trabalho exercido fora das instalações da empresa e estabelece a prevalência do que for negociado entre patrões e empregados sobre partes da CLT. "Haverá centenas, milhares de emendas [à MP]. Começará outro debate da reforma trabalhista", disse o senador.

Centrais sindicais

O portal Vermelho fez um "Especial Reforma Trabalhista", em que, por meio de artigos, os presidentes das centrais sindicais se posicionaram em relação à Lei 13.467/17.

Cartilha do DIAP

Com o objetivo de tornar a nova lei mais clara e acessível ao conjunto do movimento sindical, o DIAP **lançou cartilha** com perguntas e respostas sobre os principais pontos da norma já em vigor. Elaborada pelo diretor de Documentação do DIAP, Antônio Augusto de Queiroz, a cartilha pretende "denunciar as principais perversidades da 'reforma' e ao mesmo tempo fornecer ao movimento sindical sugestões e dicas de lutas e ações para resistir ao desmonte dos direitos trabalhistas e sindicais no Brasil", diz o presidente do DIAP, professor Celso Napolitano.

(Diap)